

A EDUCAÇÃO SEXUAL NA VERTENTE BIOLÓGICA: PERSPECTIVA DE DIRIGENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL¹

Sexual education in the biological aspects: leadership perspective of a public elementary school

Ana Carla Vieira; Ana Cláudia Bortolozzi Maia

1 Introdução

A educação sexual deve fazer parte do conhecimento escolar como um direito a informação, sendo importante para prevenção em saúde sexual e reprodutiva e para o desenvolvimento do pensamento emancipatório e crítico, fundamental para as experiências presentes e futuras dos estudantes (Guimarães, 2006; Maia et al., 2011). Entretanto, sua inserção nas escolas tem se mostrado escassa tanto no ensino público quanto no privado e em todos os ciclos educacionais.

Werebe et al. (1981) descrevem que esse processo de educação sexual pode ser realizado de duas formas:

Informal: não intencional, que engloba toda ação exercida sobre o indivíduo, no seu cotidiano, desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre sua vida sexual.

Formal: deliberado, institucionalizado, feito dentro ou fora da escola (Werebe et al., 1981, p. 106).

A falta de um espaço pedagógico que garanta a promoção de uma educação sexual aos estudantes limita o aprendizado que eles têm sobre sexualidade à educação sexual informal dos diálogos cotidianos, conteúdos midiáticos, etc. Isso contribui para que os jovens aprendam sobre sexualidade por meio de mitos ou crendices, muitas vezes incorporando conceitos errôneos que levam a propagação de concepções deturpadas e preconceituosas. É responsabilidade da escola promover a educação integral da criança e do adolescente, e, portanto, promover a discussão da sexualidade com vista à promoção da saúde sexual, além

¹ Este estudo faz parte da pesquisa de Iniciação Científica “Educação sexual na Escola: investigações se e como ocorrem intervenções na área da sexualidade em escolas públicas”, com auxílio de Bolsa FAPESP (Processo nº 2011/229568) realizada pela primeira autora sob orientação da segunda.

de questionar os aspectos históricos e políticos relativos ao tema (Maia, 2004; Moizés e Bueno, 2010).

Observando o histórico da educação sexual no Brasil traçado por Ribeiro (2004), é possível identificar que ela sempre foi permeada por valores morais. O controle das práticas sexuais pela moral médica foi iniciado na época colonial e ainda hoje a perspectiva biológica da sexualidade continua sendo um dos principais aspectos que marca a educação sexual. Maia (2004) ressalta que a grande justificativa para inserção do tema da sexualidade na escola ocorreu por conta do grande número de pessoas jovens com HIV/AIDS e aumento de adolescentes grávidas. Isso favoreceu com que as propostas de educação sexual continuassem priorizando uma visão estritamente biológica focada nos aspectos orgânicos - mas essa educação limitada e fragmentada não é a mais adequada ou eficaz.

Para Nunes e Silva (2006), já desde a década de 1960 começou-se observar nas escolas brasileiras o modelo de educação sexual “médico-biologista” trabalhando a sexualidade limitada às questões do corpo, cuidados e prevenção. Segundo os autores, nos últimos anos a educação sexual ainda tem sido meramente normativa, informativa e centrada nesta perspectiva. Para Maia (2004), esta visão dentro da escola faz com que se perca de vista a reflexão sobre práticas sociais mais libertadoras, focalizando somente as más consequências que o sexo pode gerar, como o HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis ou a gravidez não planejada, mostrando uma sexualidade negativa.

Um dos marcos históricos mais recentes com relação à educação sexual no Brasil foi a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, ou PCN (Brasil, 1997) que contemplam a “Orientação Sexual” como diretriz a ser trabalhada transversalmente em todas as disciplinas. No entanto, mesmo com diretrizes educacionais oficiais, ainda são poucas as escolas que a incluem no projeto político-pedagógico como tema curricular (Maia, 2004; Maia e Ribeiro, 2011). Quando há iniciativas neste sentido, em geral elas se fundamentam nos aspectos biológicos da sexualidade, configurando uma vertente limitada que prioriza a prevenção em detrimento das questões sociais e históricas (Maia, 2004; Nunes e Silva, 2006). Para Moizés e Bueno (2010) a educação sexual como se estrutura hoje – restrita à visão biológica e médica – não é efetiva na adesão dos adolescentes ao sexo seguro.

A organização dos temas e indicações de ações dos próprios PCN se distanciam do que é almejado para uma educação sexual emancipatória. Para Altmann (2001) a sexualidade nos parâmetros é vista sob o ponto de vista biológico e existe uma ausência de problematização histórica da categoria “sexualidade”. Sendo assim,

Os PCN incitam a escola a, através de práticas pedagógicas diversas, construir e mediar a relação do sujeito consigo mesmo, de modo a fazer com que o indivíduo tome a si mesmo como objeto de cuidados, alterando comportamentos. Através da colocação do sexo em discurso, parece haver um complexo aumento do controle sobre os indivíduos, o qual se exerce não tanto através das proibições e punições, mas através de mecanismos, metodologias e práticas que visam a produzir sujeitos autodisciplinados no que se refere à maneira de viver sua sexualidade (ALTMANN, 2001, p. 584).

Silva e Ribeiro (2011) afirmam que o enfoque biológico deixa muitas vezes de lado aspectos sociais e culturais que também são importantes no processo do aprendizado. O currículo parece ignorar, segundo elas, os alunos como sujeitos históricos constituídos dentro de uma cultura, preocupando-se apenas em instituir padrões, normas, habilidades, valores e outros condicionantes. Chaves et al. (2014) citam que embora alunos apresentem conhecimentos biológicos elementares sobre temas como HIV/AIDS, há carência de uma educação sexual efetiva que aborde o assunto no sentido de adquirir habilidades que podem influenciar nos comportamentos sexuais dos mesmos. Segundo os autores, os estudantes apresentam crenças com relação aos preservativos que aumentam sua vulnerabilidade, e indicam a escola e a televisão como maiores meios de aprendizado sobre o tema.

Embora os aspectos biológicos da sexualidade estejam intensamente presentes na educação sexual da escola, e sejam uma parte importante da mesma, estudos apontam que seria adequado oferecer uma educação sexual mais ampla, de modo crítico e reflexivo, no sentido de proporcionar ao aluno novas perspectivas acerca da sexualidade, compreendendo-na como um fenômeno social e histórico (Nunes e Silva, 2006; Maia et al. 2011; Reis e Maia, 2012).

Goldberg (1984) há mais de três décadas, indicou que o envolvimento dos profissionais com a educação sexual deve ser um processo de luta para que haja uma prática de autonomia na qual exista o desenvolvimento de atitudes e valores próprios, para que as pessoas conscientemente possam fazer escolhas. Para a autora, deveriam ser travadas lutas pela transformação dos padrões vigentes de relacionamento sexual: contra a desigualdade sexual, contra a violência sexual, contra o preconceito sexual, e a educação sexual como uma ferramenta de luta.

Na mesma intenção de defender um processo libertário de educação sexual, Nunes e Silva (2006) falam sobre o modelo emancipatório, ou seja, um modelo

de utopia ético-política e de uma intervenção institucional significativa na escola. A emancipação pode ser entendida como a formação para a compreensão plena, integral, histórica, ética, estética e psicossocialmente significativa e consciente das potencialidades sexuais humanas e sua vivência subjetiva e socialmente responsável e realizadora (Nunes e Silva, 2006, p. 17).

Maia (2004) reafirma a necessidade de uma educação emancipadora,

voltada para a formação de cidadãos e para a transformação social, e não apenas para a formação de indivíduos como receptáculos de informações genéricas, desprovidas de reflexão e contexto (Maia, 2004, p.164).

Além disso, Moizés e Bueno (2010) defendem que o trabalho em educação sexual deve ser realizado de modo contínuo e permanente ou, pelo menos, por um tempo efetivo, para que possam ser discutidas, além de informações, atitudes das pessoas frente à sexualidade coletiva e individual. Os interesses e dúvidas dos grupos de alunos devem ser considerados norteadores para o trabalho do educador. Almeida et al. (2011) destacam que dependendo de como a informação será transmitida, pode se tornar um elemento complicador na busca pela compreensão e exploração das identidades sexuais, das relações com o desejo e o prazer. Por isso, a educação deve extrapolar os limites preventistas, sendo abordada de maneira problematizadora e reflexiva.

Um dos entraves que dificulta a implementação da educação sexual emancipatória é o fato de que muitas vezes os professores não assumem para si a função de educador sexual e, segundo declaram, não têm formação para atuarem nesse sentido (Figueiró, 2006; Maia, 2004; Nunes e Silva, 2006). Para Moizés e Bueno (2010), em pesquisa com professores de ensino fundamental, a maior parte deles atribui importância à educação sexual, mas em geral preferem que profissionais da área da saúde realizem palestras e esclarecimentos sobre o tema. Isso levou as autoras à conclusão de que há a falta de preparação do educador de forma que para ele seja melhor atribuir a função a outro profissional (Moizés e Bueno, 2010).

Além da falta de formação na área, deve ser reconhecida que a exigência feita aos professores é grande, e é necessário que eles tenham estratégias metodológicas apropriadas para atingi-la (Almeida et al., 2006). São demandadas habilidades que vão além da visão do senso comum e recursos para lidar com temáticas além de seus valores pessoais e de sua visão de mundo. Nesse sentido, Almeida et al. (2006) constatam que a educação sexual provoca

temores por se tratar de uma conversa entre pessoas de diferentes gerações e por haver grandes exigências as quais eles não foram preparados para atender.

Asinelli-Luz et al. (2007) afirmam que a prática da educação sexual reflete como o educador percebe, vivencia e representa sua própria sexualidade, e a partir disso podemos pensar sobre a importância do trabalho juntos aos docentes, e como isso pode influenciar no processo da aprendizagem.

Nunes e Silva (2006) dizem que os educadores devem ter claro que não há uma educação sexual pronta e acabada, e que sua construção implica num reexame permanente crítico de suas próprias sexualidades. A postura ética, segundo os autores, pode advir da tomada de consciência sobre quais são seus valores, crenças, opiniões, e sentimentos em relação à sexualidade.

Diante dessas considerações, este estudo teve por objetivo analisar o relato de dirigentes de uma escola pública sobre a percepção da educação sexual biológica que realizam na escola e os entraves para a mudança no sentido da educação sexual emancipatória.

2 Método

Esta pesquisa é de natureza qualitativo-exploratória, tipo estudo de caso, devido à restrição da amostra (Spata, 2005). Sua realização ocorreu após a aprovação do comitê de ética de uma universidade pública, respeitando a regulamentação do CONEP sobre pesquisas com seres humanos (processo nº 15338/46/01/11).

Participaram deste estudo dirigentes de uma escola localizada em uma cidade interior do estado de São Paulo. A diretora é formada em biologia e a vice-diretora em pedagogia. A escola liderada por elas é municipal e abrange alunos do ensino fundamental do primeiro ao quinto ano. A escolha destas participantes ocorreu por indicação da secretaria de educação municipal, sendo, portanto, caracterizada como “amostra de conveniência”. Antes da coleta de dados o projeto lhes foi apresentado, havendo explicitação dos objetivos, momento no qual tendo aceitado participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para a coleta de dados utilizou-se um roteiro de entrevista que continha questões pré-elaboradas pelas pesquisadoras organizadas nos seguintes eixos norteadores: concepção das dirigentes sobre o que é sexualidade; importância atribuída por elas à educação sexual; como a educação sexual é realizada na escola que dirigem; quem são os profissionais envolvidos na

educação sexual; como os alunos agem quando precisam de auxílio em questões de sexualidade; exemplos de situações cotidianas que possam ilustrar a educação sexual formal ou informal.

A realização da entrevista ocorreu na própria escola das participantes. A interação verbal foi gravada em áudio e posteriormente transcrita integralmente. Com os relatos transcritos procedeu-se a análise de conteúdo temática dos dados, tendo como referência a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2009).

3 Resultados e Discussão

3.1 A educação sexual na escola atualmente

A partir do relato da diretora foi possível compreender que a educação sexual na escola é restrita aos aspectos biológicos da sexualidade e que a discussão para além disso é feita somente nas ocasiões em que os alunos buscam informações. Além disso, a educação sexual sistematizada e inserida como uma proposta pedagógica curricular é inexistente.

Olha, eu acho que mais a nível de educação sexual sistematizada mesmo não se trabalha. Tá? Eu tive conversando com as professoras, o que ela trabalha assim, é aparelho reprodutor, aquilo que tá inserido no livro didático. Aparelho reprodutor [...] Biológica mesmo, a sexualidade em si, não. A não ser, dependendo da turma. Conversei com a professora ela falou “Oh ano passado eu trabalhei mais, porque surgem as perguntas e a gente vai respondendo”. Mas a educação sexual mesmo não é trabalhada. É mais aspecto de higiene [...] É mais o biológico, né? A sexualidade em si, não (Diretora).

Isso corrobora com a afirmação de Maia (2004) e Nunes e Silva (2006) sobre as iniciativas existentes atualmente nas escolas serem fundamentadas em aspectos biológicos, limitando-se a priorizar a prevenção em detrimento a reflexões sobre aspectos históricos ou sociais. Silva e Ribeiro (2011) também afirmam que este enfoque biológico parece ignorar os alunos como sujeitos históricos constituídos dentro de uma cultura, preocupando-se apenas em instituir padrões, normas, habilidades, valores e outros condicionantes. Como disse a diretora no trecho acima, as perguntas vão “sendo respondidas”, ou seja, a educação sexual está estruturada na educação informal (Werebe et al., 1981) e nas bases biológicas do assunto.

Devido ao fato de ser uma escola de primeiro ciclo do ensino fundamental, os alunos têm aulas de todas as matérias com o mesmo professor, passando o ano inteiro sob os cuidados do mesmo. A diretora entende aqui que a educação sexual deveria ser oferecida por um professor na área (de ciências, por exemplo) e não de modo transversal, contrariando a recomendação dos PCN.

Eles (os professores) são multi. É o professor que trabalha com a sala, nós não temos, por exemplo, professor de ciências. É o que trabalha com a série, de acordo com o interesse da sala. Tem sala que se a sala não demonstrar interesse, fica só no biológico. Se a sala surgir com alguma pergunta, aí a professora aprofunda né? O assunto e acaba entrando na sexualidade (Diretora).

Os alunos são responsabilizados pelo desenvolvimento de sua educação sexual: se não há busca, não há um planejamento que possa lhes oferecer conhecimentos acerca do assunto. Outro ponto a ser discutido é a afirmação de Almeida et al. (2011) destacando que a omissão de informações é uma postura a ser questionada, pois o silêncio “interdita”, ou seja, de certa forma mostra o que é considerado certo ou errado para um conjunto de valores.

3.2 Compreensão das dirigentes sobre a necessidade de uma educação sexual para além de aspectos biológicos

A diretora da escola é formada em biologia e exerceu docência em aulas de ciências por um longo período antes de assumir atividades administrativas. A partir disso, surgiu em seu relato comparações sobre a maneira como ela atuava quando professora e a maneira como ela vê as atuações de outras pessoas. Ela considera que teve uma boa formação enquanto educadora e reconhece a importância de ir além dos aspectos biológicos na educação sexual. É interessante observar também que, apesar de darmos destaque ao reconhecimento da dirigente da necessidade de uma educação sexual que supere o que está sendo realizado, em sua fala há aspectos de seu julgamento moral sobre sexualidade. A contradição fica clara, ela defende um tipo de educação sexual que não se realiza na prática.

Eu acho que os conteúdos de educação sexual mesmo poderiam ser trabalhados. O corpo humano. É isso que eu falo, quando a gente fala sobre o corpo humano e trabalha, por exemplo, a reprodução, dá pra você puxar pro lado da sexualidade, né? Quando você fala da higiene do órgão genital [...] Então eu acho muito difícil trabalhar

desvinculado porque eu não sei trabalhar assim. Então quando você trabalha reprodução você já trabalha vários temas transversais: trabalha a ética, né? Envolve ética, que tá faltando um pouquinho. Cidadania, né, que são os valores. Aí você trabalha a higiene, aí você trabalha as doenças. Então você pode trabalhar. Os conteúdos seriam, até [...] masturbação. Por que não? (Diretora)

Podemos ver, portanto, que há de certa forma a visão da necessidade de uma educação sexual mais ampla para proporcionar ao aluno novas perspectivas acerca da sexualidade. Quando fala sobre ética, entende-se que ela acredita que a maneira como os jovens vêm vivenciando a sexualidade seja “anti-ético”, errado, inadequado.

Além do reconhecimento da necessidade de expansão da educação sexual, a diretora fala também sobre a responsabilidade da escola sobre o aprendizado deste assunto, não deixando que os cuidados fossem delegados simplesmente à família dos alunos.

Tem vez que o pessoal fala assim “Ah, vamos deixar pra família”. Só que não são todas as famílias que [...] não é questão de menosprezar, nada, mas não são todos os pais que estão preparados para trabalhar a educação sexual. Então a escola não faz, a família não faz, o jovem vai aprender na rua, vai aprender com outro que sabe menos que ele, né? Eu acho que seria legal sim isso implantado (Diretora).

Esta fala da diretora retoma também a ideia de que quando a escola deixa de assumir seu papel enquanto educadora sexual, os alunos irão tomar como verdade concepções que podem ser deturpadas e preconceituosas (Maia, 2004; Moizés e Bueno, 2010), recebendo informações carregadas de valores pessoais dos educadores enquanto o ensino deveria promover seu desenvolvimento para uma visão mais libertária.

Não fica claro nos relatos da diretora e da vice-diretora como elas fariam a educação sexual para além da ótica biológica. Podemos ver que elas compreendem que o que está sendo feito é insuficiente e não corresponde à função social da escola; mas o que elas consideram como ideal não foi explicitado.

3.3 Dificuldades na implementação da educação sexual emancipatória

As dirigentes citam algumas dificuldades presentes na escola que engessam suas ações no sentido de mudanças na educação sexual. Inicialmente é falado sobre a dificuldade de lidar com uma realidade específica das crianças que estudam ali.

Dentro da nossa realidade a gente tem crianças que a gente sabe que presencia, né? Que já viu [...] Os cômodos são pequenos, as famílias dormem juntas, né [...] Principalmente os pequenos, né, eles relatam às vezes pra professora, né [...] Às vezes o contexto familiar não contribui, então tudo isso acho que fica confuso na cabeça da criança. Acho que eles ouvem muito sobre, né? E sabem pouco sobre [...] Né? E eu acho que ainda é um tabu (Vice-Diretora).

Depois, elas citam a pouca idade das crianças do primeiro ciclo do ensino fundamental como um obstáculo. As dirigentes apontaram como aspectos que podem ser trabalhados a prevenção contra abusos e ações para atrasar o “despertar” da sexualidade, ou seja, o controle da sexualidade das crianças como se ela ainda não fosse existente.

[...] É difícil, é diferente você trabalhar a sexualidade, ou qualquer outro conteúdo, você trabalhar com sexto ao nono, que são os adolescentes [...] é mais explícito, é mais o cuidado com o sexo, que a maioria já tem uma vida sexual ativa né? É outra forma de trabalhar [...] Uma criança pequena assim, é mais prevenir, tomar cuidado, esse cuidado com o corpo, evitar despertar a sexualidade muito cedo, apesar que eles são precoces né, pelo meio que eles convivem, que eles assistem [...] Então eu acho assim, que a gente precisaria pensar [...] Eu até fiquei pensando mesmo em algum programa pra trabalhar assim a sexualidade pelo menos com os quartos e quintos anos (Diretora).

Um dos aspectos colocados como dificuldade na implementação de um projeto de educação sexual é o despreparo dos professores, e a insegurança deles perante o papel de educador sexual que deveriam assumir.

[...] Mesmo que a escola queira trabalhar nem todos tão preparados, nem todos se sentiriam à vontade. Né? (Vice-Diretora).

Além disso, falou-se sobre a dependência da disposição dos professores para implantar um novo projeto, e sobre a ajuda através de uma capacitação que seria bem-vinda.

Eu acho que a escola não precisa mudar muita coisa não, eu acho que é mais a direção, os professores quererem desenvolver o projeto e [...] Se tiver algum professor que tenha alguma dúvida talvez pedir pra secretaria de educação oferecer uma capacitação [...] Eu acho que falta isso, uma capacitação pra daí o professor ficar preparado, seguro né? Que é diferente, que nem, é diferente você pegar um professor que nem no meu caso, tem formação, né? Que as perguntas que vierem serão respondidas e o professor que não teve essa formação. Então ele vai ter uma dificuldade. Acho que se oferecer uma capacitação, um programa de educação sexual mesmo, que nem a prefeitura oferece muitas. Muitas capacitações em várias áreas, então oferecer um programa de capacitação pra educação sexual...aí eu tenho certeza que os professores por exemplo aqui da escola abraçariam isso, né? Pra adequar a cada ano né? Os objetivos, como trabalhar [...] Eu acho que tranquilamente pela disposição que eles têm, estão sempre procurando coisas novas. Acho que falta muito pouco, é fácil implantar um programa em educação sexual, não é uma coisa que tá longe (Diretora).

Fica claro nesta fala que faltam elementos para operacionalizar a educação sexual, preparação sobre quais temas abordar e como, quais as estratégias de trabalho. Estes são impeditivos importantes na ação dos professores, por isso para a diretora a principal contribuição que poderia ser dada para que a educação sexual na escola fosse mudada seria a capacitação dos educadores.

[...] Tudo bem, depende do professor, eu sei, no estado, na prefeitura, em qualquer nível de ensino depende do professor. Se o professor tem a segurança pra trabalhar a educação sexual, ele trabalha. Se ele não tem essa segurança, ele trabalha só a reprodução, só essa parte biológica. Né? Que seria pra ensinar a prevenir contra as doenças. Então fica muito a critério do professor, e não são todos os professores que se sintam à vontade pra trabalhar esse assunto. Né? Então se ele tiver uma capacitação, ele vai se sentir à vontade, vai ser natural pra ele [...] Não ficar só nisso. Porque eu quando chegava nessa parte de trabalhar a reprodução, eu deixava o livro didático e vamos lá. Na hora que você trabalha aparelho reprodutor, você já trabalha tudo junto. Mas não são todos os professores que tem essa segurança e tranquilidade pra trabalhar isso. Então se houvesse uma capacitação e no próprio currículo fosse colocado a educação sexual, seria muito bom (Diretora).

O papel dos professores no ensino da educação sexual é primordial. São eles que estão em contato direto com as crianças e que, como disseram as dirigentes, são procurados por elas para responder a dúvidas ou falar sobre assuntos relacionados ao tema sexualidade. Desta forma, é importante que os educadores compreendam o impacto da educação informal que oferecem aos seus alunos e que eles possam entrar em contato com seus próprios valores e preceitos, que muitas vezes podem não estar explícitos ou são tomados como verdades absolutas. Além disso, como disseram Nunes e Silva (2006) os educadores devem ter claro que não há uma educação sexual pronta e acabada, e que sua construção implica num reexame permanente crítico de suas próprias sexualidades.

Percebe-se também, após estes relatos, que os professores não têm claro que faz parte de sua função na escola promover a educação sexual, e nem os dirigentes de organizar um projeto ou promover sua viabilização. Desta forma, corrobora-se com a afirmação de Almeida et al. (2011) sobre a necessidade da retomada da função social da escola.

4 Considerações finais

A educação sexual na escola em questão não é sistematizada e não foram identificados programas de capacitação dos educadores. Os aspectos abordados em sala de aula que têm relação com a sexualidade são biológicos: aparelho reprodutor humano, doenças sexualmente transmissíveis, concepção e métodos contraceptivos.

Foram observados nos relatos elementos que nos permitiram concluir que as dirigentes da escola compreendem a necessidade de um projeto de educação sexual e reconhecem a necessidade do mesmo ir além dos aspectos biológicos. Entretanto, elas não conseguiram expressar como isso poderia ser viabilizado, ou seja, embora saibam que a atual intervenção vem sendo insuficiente, não têm elementos para organizar algo diferente.

Após a análise percebemos que as dirigentes não concordam com a educação sexual que vem sendo feita, mas não conseguem propor um novo modelo. Além disso, reafirmam a falta de preparo dos professores, o que nos fez concluir que a principal implicação deste trabalho seja o reconhecimento da necessidade de trabalhar novas perspectivas com os profissionais da educação, pois a sua visão sobre insuficiência da educação sexual parece consolidada, o que nos oferece a demanda de trabalho de preparação partindo deles mesmos.

5 Referências

- ALMEIDA, S. A., NOGUEIRA, J. A., SILVA, A. O., TORRES, G. V. 2011. Orientação Sexual nas escolas: fato ou anseio? *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 32: 107-113.
- ALTMANN, H. 2001. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Revista Estudos Feministas*, 9(2): 575-585.
- ASINELLI-LUZ, A., MORALES, C., MANIKOWSKI, T. S. 2007. Educação sexual: perfil e prática de educadores/as. In: *MOSTRA DE SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS*, 2, anais, Brasília: UnB.
- BARDIN, L. 2009. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BRASIL. MEC. 1997. *Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª séries)*. Brasília: MEC/SEF, 10 volumes.
- CHAVES, A. C. P., BEZERRA, E. O., PEREIRA, M. L. D., WAGNER, W. 2014. Conhecimentos e atitudes de adolescentes de uma escola pública sobre a transmissão sexual do HIV. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 67(1): 48-53.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. 2006. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. *Revista Linhas*, 7(1): 1-21.
- GOLDBERG, M. A. A. 1984. *Educação sexual: uma proposta, um desafio*. São Paulo: Cortez.
- GUIMARÃES, I. R. F. 2006. Sexualidade e Educação escolar: uma discussão teórica. In: M. N. D. FIGUEIRÓ; P. R. M. RIBEIRO (org), *Adolescência em questão: estudos sobre sexualidade*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora.
- MAIA, A. C. B. 2004. Orientação Sexual na Escola. In: P. R. M. RIBEIRO, *Sexualidade e Educação: aproximações necessárias*. São Paulo: Arte e Ciência, p. 153-179.
- MAIA, A. C. B., RIBEIRO, P. R. M. 2011. Educação sexual: princípios para ação. *Doxa*, 15(1): 75-84.
- MAIA, A. C. B., PASTANA, M., PEREIRA, P. C., SPAZIANI, R. B. 2011. Projeto de intervenção em educação sexual com educadoras e alunos de uma pré-escola. *Revista Ciência em Extensão*, 7(2): 115-129.
- MOIZÉS, J. S., BUENO, S. M. V. 2010. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores de ensino fundamental. *Revista Escola de Enfermagem Universidade de São Paulo*, 44: 205-212.
- NUNES, C., SILVA, E. 2006. *A educação sexual da criança: polêmicas de nosso tempo*. Campinas: Autores Associados.
- REIS, V. L., MAIA, A. C. B. 2012. Educação sexual na escola com a participação da família e o uso de novas tecnologias da educação: um levantamento bibliográfico. *Cadernos de Educação*, 41: 188-207.
- RIBEIRO, P. R. M. 2004. Os momentos históricos da Educação Sexual no Brasil. In: P. R. M. RIBEIRO, *Sexualidade e Educação: aproximações necessárias*. São Paulo: Arte e Ciência, p. 15-26.
- SILVA, B. O., RIBEIRO, P. R. C. 2011. Sexualidade na sala de aula: tecendo aprendizagens a partir de um artefato pedagógico. *Revista Estudos Feministas*, 19: 521-533.

SPATA, A. 2005. Métodos de pesquisa: ciência do comportamento e diversidade humana. Rio de Janeiro: LTC.

WEREBE, M. J., CHAUI, M., KEHL, M. R. 1981. Educação Sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? Cadernos de Pesquisa, 31.

Resumo

A educação sexual deve fazer parte do conhecimento escolar como um direito a informação, mas sua inserção nas escolas continua sendo escassa no ensino público e privado e, ainda, em todos os ciclos. Grande parte das escolas tem como estratégia para a educação sexual a perspectiva biológica, ou seja, a transmissão de informações a respeito de aspectos como reprodução, hormônios e doenças sexualmente transmissíveis. O objetivo da pesquisa foi analisar como as dirigentes de uma escola de ensino fundamental da rede pública percebem a educação sexual biológica e quais são os entraves, em suas opiniões, para a implantação da educação sexual emancipatória. Utilizando o método de entrevista semi-estruturada, posteriormente transcrita e analisada a partir da análise de conteúdos de Bardin (2009), concluímos que a escola em questão possui a educação sexual centrada na visão biológica e que as dirigentes reconhecem a falha que este método representa na educação e desenvolvimento dos alunos. Elas indicam a pouca idade dos estudantes, que tem entre 07 e 12 anos aproximadamente, como um obstáculo para tratar estes assuntos e afirmam que intervêm de forma informal quando os mesmos apresentam questões. Por fim, destacam que para desenvolver novas perspectivas sobre educação sexual, elas e os professores da escola precisam de apoio, e levantam a possibilidade de uma capacitação continuada a ser oferecida pela prefeitura da cidade.

Palavras-chave: Educação Sexual, Abordagem Biológica, Dirigentes Escolares.

ABSTRACT

Sexual education should be part of school knowledge as a right to information, but their integration in schools remains scarce in the public and private education, and also in all cycles. Most schools have a strategy for sexual education on biological perspective, and makes the transmission of information on aspects such as reproduction, hormones and sexually transmitted diseases. The aim of the research was to analyze how leaders of a public primary school realize the biological sexual education and what are the obstacles in their opinions for the implementation of emancipatory sexual education. Using semi-structured interview method, later transcribed and analyzed from the Bardin (2009) content analysis, we conclude that the school in question has sexual education focused on biological vision and that leaders recognize failure this method is education and development of students. They indicate the young age of the students, who are between 7 and 12 years, as an obstacle to address these issues and claim involved informally when they have questions. Finally, point out that to develop new perspectives on sexual education, they and the school teachers need support, and raise the possibility of a continuous training to be offered by the government of the city.

Key-words: Sexual Education, Biological Approach, School Leaders.